

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Fillip Gonçalves dos Santos

**ESTUDO DO TREINAMENTO DA TROPA PARA O COMBATE EM ÁREA
EDIFICADA NA OPERAÇÃO DE PACIFICAÇÃO NO HAITI**

**Resende
2019**

Fillip Gonçalves dos Santos

**ESTUDO DO TREINAMENTO DA TROPA PARA O COMBATE EM ÁREA
EDIFICADA NA OPERAÇÃO DE PACIFICAÇÃO NO HAITI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Geraldo Gomes de Mattos Neto

Resende
2019

Fillip Gonçalves dos Santos

**ESTUDO DO TREINAMENTO DA TROPA PARA O COMBATE EM ÁREA
EDIFICADA NA OPERAÇÃO DE PACIFICAÇÃO NO HAITI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em ____ de _____ de 2019

Banca examinadora

Geraldo Gomes de Mattos Neto – Cap Art – Orientador

Heverton Medeiros de França – Cap Eng – Avaliador

Aron Oliveira Silva – Ten Inf – Avaliador

Resende

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar o dom da vida.

Aos meus pais por sempre acreditarem em meu potencial e todo esforço que fizeram para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha esposa, pela compreensão e incentivo durante a confecção deste trabalho e paciência nos momentos em que não foi possível estarmos juntos.

Ao meu orientador Cap Gomes de Mattos Precursor Paraquedista nº 398 por todo suporte dado durante esses dois anos, sempre disposto a solucionar os problemas que surgiam e paciente para explicar cada aspecto relacionado ao trabalho e também da carreira, fazendo jus ao seu lema: Precede, Guia e Lidera.

RESUMO

Estudo do treinamento da tropa para o combate em área edificada na operação de pacificação no Haiti

AUTOR: Fillip Gonçalves dos Santos

ORIENTADOR: Geraldo Gomes de Mattos Neto

O presente trabalho trata sobre o estudo do treinamento da tropa para o combate em área edificada na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti verificando como a evolução do treinamento impactou na forma que o Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras ministra as instruções. Para isso, analisou-se como era realizado o treinamento na fase de preparação da tropa para compor o contingente brasileiro, as dificuldades encontradas durante a missão e as ações desenvolvidas para enfrentar esses desafios, verificou-se como é realizado o treinamento para combate em área edificada no Curso de Infantaria e os ensinamentos colhidos da Missão. Com uma postura mais centrada no emprego da força como autodefesa, foi necessário uma adaptação no treinamento que era recebido em solo brasileiro, cabendo inicialmente ao Centro de Instrução de Operações de Paz o ajuste dessas instruções que deu origem ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Para verificar como a missão influenciou o Curso de Infantaria, foi analisado o plano de disciplinas de anos anteriores e realizado um questionário com oficiais que participaram da Missão no Haiti para identificar as turmas que receberam instrução de combate em área edificada na AMAN e se os ensinamentos recebidos foram suficientes para o cumprimento da missão. Ao final do trabalho foram apresentados os resultados e as sugestões para as próximas pesquisas.

Palavras-chave: Treinamento. Preparo. Área edificada. MINUSTAH.

ABSTRACT

Study of troop training for urban combat in the stabilization mission in Haiti

AUTHOR: Fillip Gonçalves dos Santos

ADVISOR: Geraldo Gomes de Mattos Neto

The present work deals with the study of troop training for urban combat in the United Nations Stabilization Mission in Haiti, and notes how the evolution of the training impacted on the way the Infantry Course of the Military Academy of the Agulhas Negras ministers the instructions. For this, it was analyzed how the training in the preparation phase of the troop to compose the Brazilian contingent, the difficulties encountered during the mission and the actions developed to face these challenges, it was verified how the training for urban combat in the Course of Infantry and the lessons learned from the Mission. With a more focused stance on the use of force as self-defense, it was necessary to adapt the training that was received on Brazilian soil, initially for the Peace Operations Training Center to adjust these instructions that gave rise to the Joint Peace Operations Center of the Brazil. In order to verify how the mission influenced the Infantry Course, the discipline plan of previous years was analyzed and a questionnaire was carried out with officers who participated in the Mission in Haiti to identify the classes that received urban combat instruction in the AMAN and if the lessons received were sufficient to carry out the mission. At the end of the study the results and the suggestions for the next research were presented.

Keywords: Training. Preparation. Urban area. MINUSTAH

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estrutura Geral da ONU	15
FIGURA 2 – Tropa realizando patrulhamento no Haiti	20
FIGURA 3 – QG da ONU destruído em Porto Príncipe	22
FIGURA 4 – EPCOSUPEL	23
FIGURA 5 – Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP)	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de tempos de instrução do EPCOSUPEL ministrado pelo CIOPaz	24
Quadro 2 – Distribuição de tempos de instrução do EPCOSUPEL ministrado pelo CCOPAB	24

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Turma de formação	30
GRÁFICO 2 – Recebeu instrução de Combate em Área Edificada no Curso de Infantaria?..	30
GRÁFICO 3 – Após selecionado para o BRABAT, as instruções recebidas foram suficientes para o cumprimento da missão?.....	31
GRÁFICO 4 – As instruções recebidas teriam sido melhor aproveitadas caso já as tivesse recebido na AMAN?.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	– Academia Militar das Agulhas Negras
AOR	– Áreas Operacionais de Responsabilidade
BIBLIEx	– Biblioteca do Exército
BRABAT	– Batalhão Brasileiro
CAAdEx	– Centro de Avaliação de Adestramento do Exército
CCOPAB	– Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CIOPaz	– Centro de Instrução de Operações de Paz
COTer	– Comando de Operações Terrestres
DOP	– Destacamento de Operações Psicológicas
DOPaz	– Destacamento de Operações de Paz
EAOP	– Exercício Avançado de Operação de Paz
EBOP	– Exercício Básico de Operação de Paz
EPCOSUPEL	– Estágio Preparatório para Comandantes de Subunidade e Pelotão
Fuz	– Fuzileiro
Gen	– General
MD	– Ministério da Defesa
MINUSTAH	– Missão de Estabilização
OBA	– Operação de Busca e Apreensão
OCCA	– Operação de Cooperação e Coordenação entre agências
OCD	– Operação de Controle de Distúrbios
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
ONUC	– Operação das Nações Unidas no Congo
Pel	– Pelotão
QG	– Quartel General
SU	– Subunidade
UD	– Unidade Didática
UNAVEM	– Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNEF	– Força de Emergência das Nações Unidas
UNOMOZ	– Operação das Nações Unidas em Moçambique

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Questões de estudo	13
1.2	Objetivos	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	Justificativa	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Estrutura Geral da Organização das Nações Unidas	15
2.2	Divisão das Operações de Paz	16
2.3	Participação Brasileira nas Operações de paz	17
2.4	Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH)	18
2.4.1	Fases da Missão	19
2.4.2	Primeira fase	19
2.4.3	Segunda Fase	19
2.4.4	Terceira Fase	21
2.4.5	Quarta Fase	21
2.5	Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz	22
2.5.1	Preparo da Tropa	23
2.5.2	Estágio Preparatório para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL)	23
2.5.3	Exercícios de Operação de Paz	25
2.6	Combate em Área edificada no Curso de Infantaria da AMAN	26
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	28
4	RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34
	APÊNDICE A	35

1 INTRODUÇÃO

Diante de um cenário mundial cada vez mais volátil, incerto e complexo, a busca pelo poder torna-se combustível para conflitos entre as Nações e até mesmo para conflitos internos. É nesse contexto que a Organização das Nações Unidas (ONU) se mostra cada vez mais presente como mediador da paz.

Assinada em outubro de 1945, a carta da ONU tem por objetivo, como está escrito em seu Art 1º, desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz mundial, entre outros.

Diante de um conflito que se instaurava na República do Haiti, a ONU resolveu intervir para manter o ambiente pacífico entre as nações. Assim, em 30 de abril de 2004 foi estabelecida a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, por meio da Resolução nº 1542 do Conselho de Segurança da ONU que determinava atuação sob o Capítulo VII da Carta da ONU para garantir ajuda na restauração e manutenção do Estado de Direito e proteção de civis sob iminente ameaça de violência física.

Segundo Gen Div Floriano Peixoto (2017), era uma novidade para o Brasil atuar num mandato que determinava o emprego de tropas sob égide do Capítulo VII da Carta da ONU. Assim, os primeiros contingentes ao se desdobrarem no terreno, enfrentaram dificuldades operacionais, tanto no contexto de indefinição das partes no conflito, dificultando a tomada de decisão na conduta a ser seguida quanto no emprego da força para defesa do mandato.

No Exército Brasileiro a formação do oficial da linha bélica se dá na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde o militar recebe instruções e realiza exercícios de adestramento, sendo treinado também em módulos de tiro, instrução especial, doutrina e liderança.

Ao longo dos cinco anos de formação o Cadete tem contato com diversas instruções, entre elas o Combate em Área Edificada. No primeiro ano lhe é ensinado uma noção geral do combate em área edificada. Após a escolha de arma, o Cadete que opta pela Infantaria adquirir um conhecimento mais aprofundado nas técnicas, táticas e procedimentos no assunto citado. Ao final da formação o militar está preparado para exercer funções de comandante e líder de pequenas frações e subunidades, estando apto também a conduzir tropas para o cumprimento de missões de paz.

Frente à uma postura mais centrada no emprego da força como autodefesa, seria possível que a tropa que estivesse desdobrada no Haiti enfrentasse problemas relacionados ao combate em área edificada, podendo adaptar seu treinamento caso fosse necessário. Diante disso, é viável que o Exército Brasileiro desenvolva sua doutrina de emprego em operações de paz e invista cada vez mais na capacitação de seus militares, em tal caso, pode-se questionar como a evolução no treinamento para o combate em área edificada na Missão de Pacificação no Haiti refletiu no Curso de Infantaria da AMAN ?

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas de livros, artigos e manuais, basicamente do Exército Brasileiro e da Organização das Nações Unidas sobre o emprego da tropa na missão de pacificação no Haiti. Sendo estruturado em cinco capítulos, apresentando-se no primeiro a introdução, as questões de estudo e os objetivos geral e específico do trabalho. O segundo capítulo conta com o histórico da participação brasileira nas operações de paz, a estrutura organizacional da ONU e os tipos de operações de paz, as principais dificuldades encontradas no desdobramento e as ações desenvolvidas para enfrentar os desafios apresentados, além de apresentar a maneira como é realizado o treinamento para combate em área edificada no Curso de Infantaria da AMAN. No terceiro capítulo é explicado os métodos utilizados para a realização do trabalho e os instrumentos empregados para a coleta de dados. O quarto capítulo é a apresentação a análise dos dados e os resultados e por fim, no quinto capítulo apresenta-se as considerações finais.

1.1 QUESTÕES DE ESTUDO

Na análise do treinamento para combate em área edificada, é possível fazer o levantamento de algumas questões que nortearão o trabalho:

- 1) Como era feito o treinamento antes de ir para a MINUSTAH ?
- 2) Quais os problemas encontrados ao chegar no Haiti ?
- 3) Como o curso de infantaria aborda o combate em área edificada ?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho foi verificar como o treinamento para o combate em área edificada na missão de Pacificação no Haiti refletiu no Curso de Infantaria da AMAN.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como era realizado o treinamento para combate em área edificada na fase de preparação da tropa para a MINUSTAH
- Descrever as dificuldades encontradas durante a missão no que tange as operações em área edificada e as ações desenvolvidas para enfrentar os desafios.
- Verificar como é realizado o treinamento para combate em área edificada no Curso de Infantaria da AMAN

1.3 JUSTIFICATIVA

As operações militares se encontram num ambiente operacional complexo e de alto risco, as ações tomadas pela tropa podem gerar efeitos colaterais e repercutirem com grande velocidade no cenário mundial, evidenciando a importância do treinamento para o combate em ambiente urbano para habilitar a tropa no desempenho de suas funções.

A pesquisa se justifica pela necessidade do Exército Brasileiro dispor de ferramentas para adequado preparo da Força Terrestre e as lições aprendidas podem servir de base para futuros engajamentos em outras missões de pacificação enquadradas nesse ambiente operacional.

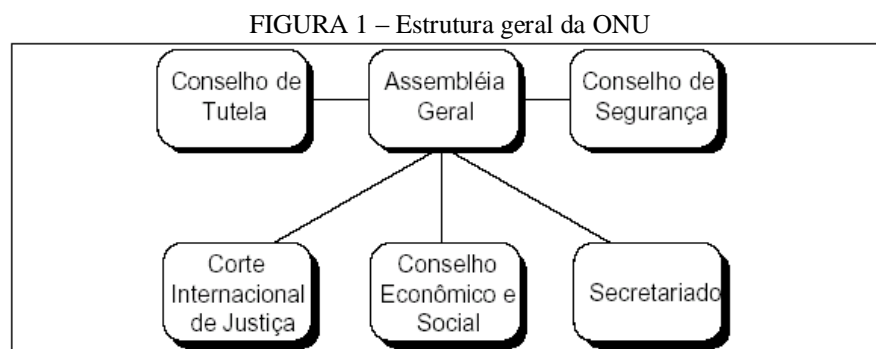
2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estrutura Geral da Organização das Nações Unidas.

Após a Segunda Guerra Mundial havia um sentimento de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países. Dessa forma, em 24 de outubro de 1945, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU) com o propósito de trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais composta por países voluntários segundo a ONU (1945).

Segundo Brasil (2013), uma vez que as missões de paz sob a égide das Nações Unidas serão, de forma direta ou indireta, gerenciadas por órgãos da ONU, é importante o conhecimento de sua estrutura.

De acordo com a ONU (1945), para que a Organização pudesse atender seus múltiplos mandatos, a Carta das Nações Unidas estabeleceu seis órgãos principais. São eles: Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.



Fonte: Manual de Operações de Paz 2013

- Secretariado: Órgão executivo da ONU, presta serviço a outros órgãos das Nações Unidas e administra os programas e políticas que elaboram. Seu chefe é o secretário-geral, que é nomeado pela Assembleia Geral, seguindo recomendação do Conselho de Segurança (ONU).
- Conselho de Tutela: Quando a ONU foi criada havia algumas áreas no mundo nas quais os povos não podiam escolher seus próprios Governos. Essas áreas foram chamadas de Território sob Tutela. Porém, em 1994 este conselho suspendeu suas atividades, tendo em vista não existir mais Territórios sob Tutela, segundo Brasil (2013).

- Corte Internacional de Justiça: Sediada em Haia, é o principal órgão judiciário das Nações Unidas (ONU). De acordo com Brasil (2013), a Corte é responsável por decidir, em harmonia com o Direito Internacional, as disputas legais entre Estados e emitir pareceres consultivos sobre questões jurídicas.
- Conselho Econômico e Social: órgão coordenador do trabalho econômico e social da ONU, formula recomendações e inicia atividades relacionadas com o desenvolvimento, industrialização e outras questões econômicas e sociais (ONU).
- Conselho de Segurança: Conforme Brasil (2013), o Conselho de Segurança foi concebido para ser o principal guardião da paz mundial. É o único que tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir as decisões do Conselho, segundo a Carta da ONU (1945).
- Assembleia Geral: Principal órgão deliberativo da ONU. Onde todos os Estados-Membros da Organização se reúnem para discutir os assuntos que afetam a vida de toda população. Todos os membros possuem direito a um voto.

2.2 Divisão das Operações de Paz

As Operações de Paz consistem no emprego de força militar em apoio a esforços diplomáticos para manter, impor ou construir a paz em país estrangeiro. Podem ser divididas em cinco categorias conforme Brasil (2015):

a) **Diplomacia preventiva:** atividades destinadas a prevenir o surgimento de disputas entre as partes. Contempla as diferentes modalidades de atuação mencionadas no capítulo VI da Carta das Nações Unidas (MD, 2013).

b) **Promoção da paz:** designa as ações diplomáticas posteriores ao início do conflito para levar as partes litigantes a suspender as hostilidades e a negociarem. As ações de promoção da paz baseiam-se nos meios de solução pacífica de controvérsias (MD, 2013).

c) Manutenção da paz: atividades levadas a cabo no terreno, com o consentimento das partes em conflito para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogo) e sua solução (acordo de paz) (MD, 2013).

d) Imposição da paz: ações adotadas ao abrigo do capítulo VII da Carta, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz em situações nas quais tenha sido reconhecida a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão (MD, 2013).

e) Consolidação da paz: iniciativas voltadas para o tratamento dos efeitos do conflito, visando a fortalecer o processo de reconciliação por meio de implementação de projetos destinados a recompor as estruturas institucionais (MD, 2013).

2.3 Participação Brasileira nas Operações de Paz

Segundo Fontura (1999) o Brasil participou de 23 operações de manutenção da paz e de duas missões civis das Nações Unidas desde 1957, além da contribuição dada para compor os quadros de especialistas da Comissão Especial das Nações Unidas.

Fontura (1999) também afirma que:

Diferente dos anos 60, quando a contribuição brasileira envolvia apenas a cessão de militares – notadamente o envio de tropa para atuar no Egito (UNEF I) e a prestação de serviços de apoio aéreo no Congo (ONUC) –, nos anos 90 o aporte brasileiro ganhou novo impulso, visto que, além da cessão de militares – principalmente por intermédio do envio de tropas para servir em Angola (UNAVEM III) e Moçambique (UNOMOZ) –, colocou à disposição da organização civis e policiais procedentes dos três poderes e dos Estados/ Distrito Federal, sem mencionar a cessão gratuita de 11 oficiais das Forças Armadas para servir no Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (FONTURA, 1999, p 200).

A contribuição brasileira no contingente militar de Sinai e Faixa de Gaza foi de cerca de seis mil integrantes compondo o Batalhão Suez, marcando presença na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I). Além da supervisão da região do Canal do Suez, os militares brasileiros eram responsáveis por manter a paz e a segurança na Faixa de Gaza.

No que tange a participação brasileira nas operações de paz, há uma diversificação nas ações da tropa. Além das operações militares de separação de combatentes e controle securitário, percebe-se também ações para aumentar o nível de confiança de partes envolvidas em conflitos, reconstrução da infraestrutura e apoio à população civil.

Em Moçambique o Brasil enviou uma Companhia de Infantaria para contribuir com o processo de paz, a segurança interna e a organização das eleições. No início da Missão das Nações Unidas no Timor Leste, o Brasil contribuiu com o envio de oficiais de ligação e observadores militares, porém como a violência no Timor Leste aumentou, foi empenhado um Pelotão de Polícia do Exército. Na Angola, quando mais de mil homens participaram da missão, muitas ações comunitárias foram realizadas além da atuação militar.

Pode-se perceber que a participação brasileira englobava missões comumente de caráter humanitário, onde prevalecia o emprego da tropa sob o Capítulo VI da Carta da ONU. Para a Missão de Estabilização do Haiti a tropa seria empregada sob o Capítulo VII, gerando assim um novo cenário para os militares brasileiros, necessitando de uma evolução no treinamento para cumprir as missões do mandato.

2.4 Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH)

Em 30 de abril de 2004 foi estabelecida a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, por meio da Resolução nº 1542 do Conselho de Segurança da ONU que determinava atuação sob o Capítulo VII da Carta da ONU para garantir ajuda na restauração e manutenção do Estado de Direito e proteção de civis sob iminente ameaça de violência física.

O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas trata de ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. Segundo o Artigo 39 do Capítulo VII, o Conselho de Segurança determinará a existência de ameaças à paz, fará recomendações ou determinará que medidas deverão ser tomadas para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacional. O aspecto principal do Capítulo VII é a autorização do uso da força para situações além da legítima defesa com a finalidade de cumprir o mandato.

Segundo o Coronel Vendramin (2014), em todo o histórico de participação brasileira em Operações de Paz da ONU, o Brasil não havia ainda se deparado com o desafio proposto pela MINUSTAH, o de preparar-se para atuar com um Batalhão de Infantaria em uma operação sob um mandato de Capítulo VII.

A Brigada Brasileira, formada e bem treinada, porém com uma postura mais centrada no uso da força como autodefesa, deparou-se com pesados desafios que a colocaram frente a necessidade de empregar a força para implementar a tarefa de estabilização imposta no mandato da missão. Uma rápida e intensa adaptação àquela realidade foi feita pelos contingentes brasileiros iniciais, segundo o Coronel Vendramin (2014).

2.4.1 Fases da Missão

O Tenente Coronel Cavalcanti divide em quatro fases temporais a atuação da tropa brasileira para um melhor entendimento da experiência na MINUSTAH.

2.4.2 Primeira fase

Segundo Cavalcanti (2014), a primeira fase, de junho de 2004 até o 1º semestre de 2005, se caracteriza pelo início da participação brasileira na MINUSTAH. O correto entendimento da missão a ser cumprida e maiores esclarecimentos sobre as condicionantes para o emprego da força letal foram algumas das necessidades evidenciadas neste período.

Como cita o Coronel Vendramin (2014), um sólido treinamento prático nas regras de engajamento da MINUSTAH foi desenvolvido, com a progressividade e duração necessárias para que os militares pudessem fazer uso do armamento e aproveitar o terreno da melhor forma.

Segundo Brasil, regras de engajamento são normas internas ao componente militar que delimitam o uso da força. Dispõem regras sobre as ações dos elementos da Força Terrestre em relação a outras forças envolvidos nas operações (BRASIL, 2015)

Segundo o Tenente-Coronel Cavalcanti:

As regras de engajamento se mostraram diferentes das utilizadas em outras missões de paz que o Brasil participara, a exemplo das missões de Moçambique e Angola, na década de 1990, uma vez que agora as ações da tropa estavam regidas pelo Capítulo VII da carta da ONU, autorizando o uso da força letal para além da defesa própria ou de terceiros. Os primeiros contingentes sofreram os impactos dessa transformação, pois o treinamento recebido no Brasil não enfatizava este aspecto (CAVALCANTI, 2014, p. 6).

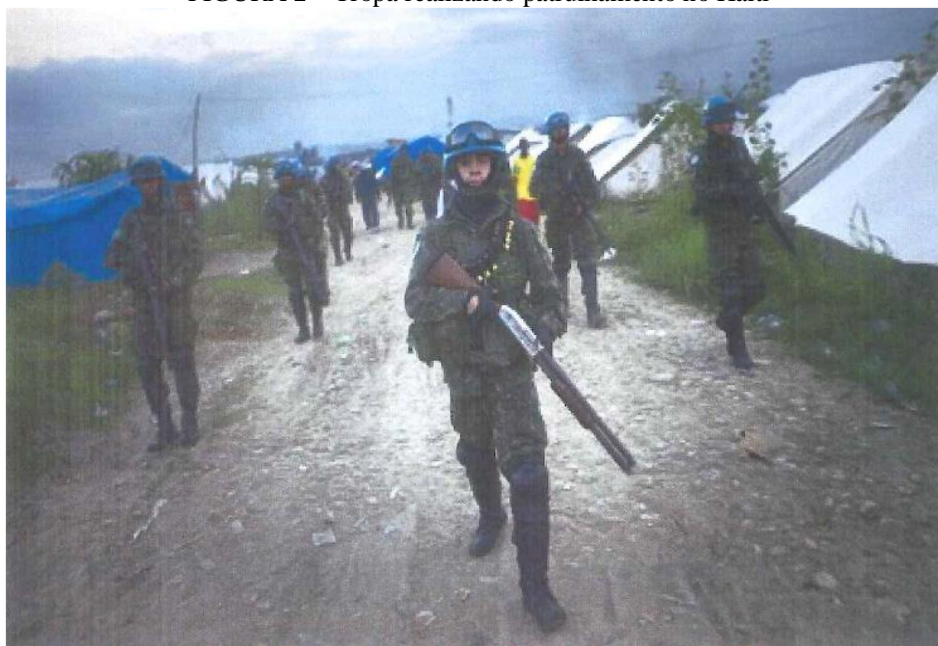
Diante dos acontecimentos, infere-se nessa primeira fase a necessidade de conhecimento aprofundado sobre as peculiaridades do emprego da tropa sob o mandato amparado no Capítulo VII. Os primeiros contingentes receberam os impactos dessa situação, pois o treinamento no Brasil não enfatizava este aspecto (CAVALCANTI, 2014).

2.4.3 Segunda Fase

A segunda fase, 2º semestre de 2005 até o 1º semestre de 2007, engloba o período em que as tropas brasileiras executaram, em sua plenitude, as atividades militares autorizadas pelo mandato sob o capítulo VII e a força letal empregada seguindo as Regras de Engajamento

previstas. O desafio desse período foi a desarticulação das gangues armadas que atuavam na região. Para isso, utilizou-se o conceito do uso da força para cumprimento do mandato, estando a conduta da tropa totalmente alinhada com o prescrito nas Regras de Engajamento (CAVALCANTI, 2014).

FIGURA 2 – Tropa realizando patrulhamento no Haiti



Fonte: Os 10 anos de Minustah e o CCOPAB

Nesta fase destacaram-se algumas táticas, técnicas e procedimentos, dentre elas o emprego de Checkpoints, operações de busca e apreensão, operações de cerco e vasculhamento, além da utilização do conceito de “Ponto Forte”. Militares especializados cumpriam tarefas específicas nos intitulados Destacamentos de Operações de Paz (DOPaz) e Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) (CAVALCANTI, 2014).

Segundo Cavalcanti (2014), nessa segunda fase o BRABAT foi empregado numa área operacional de responsabilidade específica. A Unidade recebeu a região onde se localizava o bairro Bel Air, que segundo o General Novaes (2017) trata-se de um bairro de classe média e baixa, com algumas favelas no seu interior e a existência de elevações torna o terreno ainda mais complexo para operar, devido aos limitados campos de tiro e observação.

Esta situação abriu oportunidade para a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz no ano de 2005 que, segundo Cavalcanti (2014), seu núcleo era composto por oficiais que integraram o 3º contingente, possibilitando assim que a experiência colhida no terreno fosse transmitida aos novos integrantes da MINUSTAH.

Com a experiência em território haitiano foi possível o aprimoramento das instruções de tiro. O CIOPaz atualizou técnicas e padronizou conhecimentos relativos ao emprego da arma de fogo em combate em área edificada. Este procedimento contribuiu para que as técnicas de combate em área edificada fossem adaptadas, tendo sempre como base as Regras de Engajamento.

De acordo com Cavalcanti (2014) o papel executado pelo contingente brasileiro passou a influenciar o preparo para a missão. Uma postura mais proativa, pautada nas Regras de Engajamento, a realização de grandes operações e as instruções do CIOPaz para os contingentes seguintes, garantiu a eficiência do treinamento em função das missões a serem cumpridas no Haiti.

2.4.4 Terceira Fase

Este período se caracterizou pela grande cooperação e coordenação entre agências durante o 2º semestre de 2007 e o dia 12 de janeiro de 2010. O treinamento oferecido pelo CIOPaz não deixou de acompanhar essa evolução, permitindo o conhecimento das particularidades de algumas ONG, do trabalho com policiais da área da missão, entre outras conforme cita Cavalcanti (2014).

De acordo com Cavalcanti (2014) o componente policial passou a ser o primeiro agente na resolução dos conflitos, esta situação refletiu no preparo da tropa empregada, na medida que o Centro de Instrução precisou adaptar as novas instruções às Regras de Engajamento e a ênfase em armamentos e munições menos letais. Dessa forma, as operações realizadas na Missão de Estabilização do Haiti passaram a ser realizadas em cooperação e coordenação com o componente policial da MINUSTAH e a Polícia Nacional do Haiti.

2.4.5 Quarta Fase

Nesta fase ocorreu o terremoto que atingiu o Haiti no dia 12 de janeiro de 2010. Além das inúmeras perdas no contingente brasileiro é fato, também, que o terremoto ocasionou mudança significativa no treinamento, passando a abordar técnicas e táticas para proteger deslocados e refugiados, prover e efetuar a segurança de pontos de distribuição de alimentos e águas e outras atividades essenciais para o retorno a uma normalidade no Haiti, conforme Vendramin (2014).

No pós-terremoto, em junho de 2010, o CCOPAB foi criado como um centro conjunto, em uma evolução do então CIOPaz, permanecendo como uma Unidade do Exército, mas integrada por militares das três Forças Singulares e vinculada ao Ministério da Defesa, com mandato para planejar e executar o treinamento de indivíduos e tropas que sejam desdobrados em operações de paz da ONU e de desminagem humanitária (VENDRAMIN, 2014, p 3).

FIGURA 3 – QG da ONU destruído em Porto Príncipe



Fonte: Os 10 anos de Minustah e o CCOPAB

Nesta fase já se visualizava uma estratégia de saída da ONU do Haiti. A diminuição gradual dos efetivos militares e a atuação da Polícia Nacional Haitiana como primeiro elemento de segurança do país confirmam essa teoria, segundo Cavalcanti (2014).

Esta quarta fase mostrou a necessidade da cooperação civil militar para atenuar efeitos de uma grande catástrofe. O treinamento fornecido pelo CCOPAB incorporou atividades que vão desde ações estritamente militares até tarefas de suporte à ajuda Humanitária.

2.5 Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz

O estudo da preparação da tropa para compor a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti terá como base a Diretriz de Preparação Específica da Tropa para Missão de Paz (BRABAT 26) do ano de 2016.

O objetivo da Diretriz de Preparação é “[...] coordenar as atividades dos Comandos Militares de Área, Brigadas e Órgãos de Direção Setorial envolvidos na seleção e preparação específica do 26º Contingente Brasileiro a ser empregado na MINUSTAH, em 2017” (BRASIL, 2016)

2.5.1 Preparo da Tropa

A metodologia usada para preparar a tropa era feita “por nível”. Funcionando da seguinte forma: Os oficiais recebiam instrução diretamente do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), por intermédio de estágios e isto caracterizava o (1º nível) e o conhecimento adquirido pelos oficiais é repassado às praças, caracterizando o (2º nível), segundo a Diretriz de Preparação BRABAT 26 (2016).

2.5.2 Estágio Preparatório para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL)

Este estágio destina-se ao preparo dos oficiais para exercerem funções de comandantes de SU e Pel, habilitando-os para conduzir o treinamento de suas frações. Nesse exercício, são ministrados assuntos referentes às táticas, técnicas e procedimentos utilizados no Haiti, dando ênfase no tiro e aproveitamento do terreno, também são ministradas instruções sobre regras de engajamento e treinamento padronizado pela ONU. (CCOPAB, 2015).

FIGURA 4 - EPCOSUPEL



Fonte: Relatório Anual CCOPAB 2016

Será analisado este estágio em duas situações diferentes. A primeira situação é o estágio conduzido pelo Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz) aos BRABAT 11, 12 e 13.

A segunda situação é o estágio conduzido pelo Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB) ao BRABAT 26.

Quadro 1 – Distribuição de tempos de instrução do EPCOSUPEL ministrado pelo CIOPaz

TÉCNICAS OPERACIONAIS	NR DE SESSÕES
1. AMBIENTAÇÃO E NOÇÕES GERAIS SOBRE A ÁREA DE OPERAÇÃO	02
2. OPERAÇÕES DE CERCO, INVESTIMENTO E VASCULHAMENTO	04
3. O EMPREGO DAS AERONAVES EM OPERAÇÕES DE PAZ	01
4. POSTO DE SEGURANÇA ESTÁTICO (PSE)	01
5. COMUNICAÇÕES NA ÁREA DE OPERAÇÃO	01
6. LIÇÕES APRENDIDAS E MELHORES PRÁTICAS EM UMA MISSÃO DE PAZ.	01
7. OPERAÇÕES DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS (OCD) E MATERIAL NÃO -LETAL	03
8. REGRAS DE ENGAJAMENTO	04
9. EVACUAÇÃO DE PESSOAL E MATERIAL	01
10. TIRO SOB ESTRESSE (TÉCNICA DO TIRO E EXERCÍCIOS) E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR	30
11. ESCOLTA DE AUTORIDADE	04
12. ESCOLTA DE COMBOIO	04
13. PATRULHA A PÉ, MOTORIZADA, MECÂNICA E TÉCNICAS DE AÇÕES IMEDIATAS (TAI)	02
14. POSTO DE BLOQUEIO E CONTROLE DE VIAS URBANAS (PBCVU)	02
15. PONTO FORTE (PF)	02
16. OPERAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (OBA)	03
17. EMPREGO DA FORÇA - TAREFA MECANIZADA (FT MEC)	02
18. EXERCÍCIOS DAS TÉCNICAS OPERACIONAIS – EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO (PBCVU, OBA, PONTO FORTE, TAI E PATRULHAS A PÉ, MOTORIZADA E MECANIZADA)	09
SOMA	76

Fonte: Grade Curricular do EPCOSUPEL – CIOPaz

Quadro 2 – Distribuição de tempos de instrução do EPCOSUPEL ministrado pelo CCOPAB

TÉCNICAS OPERACIONAIS	NR DE SESSÕES
1. COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR DAS NAÇÕES UNIDAS	1
2. UTILIZAÇÃO DO INTÉRPRETE	1
3. RELAÇÕES COM A MÍDIA	1
4. CONFECÇÃO DE RELATÓRIOS	1
5. DOCUMENTOS DA MISSÃO	1
6. HAITI E SUA CULTURA	1

7. HISTÓRICO DA MINUSTAH	1
8. TÉCNICAS DE PROGRESSÃO EM AMBIENTE URBANO	5
9. CHECKPOINT E STATICPOINT	2
10. EMPREGO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO NÃO LETAL	5
11. OPERAÇÕES DE CD	2
12. QUICK REACTION FORCE E OP CONJUNTAS E EMPREGO DE FORÇA TAREFA	1
13. TIRO DE COMBATE	14
14. REGRAS DE ENGAJAMENTO	1
15. REGRAS DE ENGAJAMENTO (SIMULADOR)	3
16. REGRAS DE ENGAJAMENTO (PROJETOR)	
17. PRÁTICA INTERDISCIPLINAR	10
18. LIÇÕES APRENDIDAS: CMT PEL	1
19. LIÇÕES APRENDIDAS: CMT SU	2
20. AMBIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR	1
21. AVALIAÇÃO SOMATIVA (AS)	1
22. VIDEOCONFERÊNCIA: CIA FUZ / ESQD C MEC	1
SOMA	56

Fonte: Quadro de Trabalho Semanal do EPCOSUPEL 2017/1 – CCOPAB

Após análise das grades curriculares dos estágios supracitados, observam-se mudanças no conteúdo ministrado. Percebe-se uma pequena redução na carga horária dos estágios. Em relação as técnicas operacionais, pode-se verificar que no EPCOSUPEL ministrado pelo CCOPAB não contém mais as instruções de: Operações de Cerco, Investimento e Vasculhamento; Ponto Forte; Operação de Busca e Apreensão. Observa-se o acréscimo de instruções de utilização de intérpretes; força de ação rápida e simulador de regras de engajamento, técnicas de progressão em ambiente urbano, além de uma avaliação somativa.

2.5.3 Exercícios de Operação de Paz

Com o objetivo de adestrar e nivelar os conhecimentos nos níveis Grupo de Combate (GC) e Pelotão (Pel) para compor o contingente da MINUSTAH, ocorre o Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP) conduzido pelo BRABAT e apoiado pelo Centro de Avaliação e Adestramento do Exército (CAAdEx) e pelo CCOPAB, com duração de até uma semana (BRASIL, 2016).

As atividades são contextualizadas em condições semelhantes às previstas para o emprego da tropa no Haiti e os meios empregados, dentro do possível, são similares aos que estarão à disposição das frações nas suas Áreas Operacionais de Responsabilidade (AOR). (VALENCIA, 2010, p 202)

FIGURA 5 – Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP)



Fonte: Relatório anual CCOPAB 2016

Segundo o CCOPAB, o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP) é um exercício aplicado no final do período de preparação com a finalidade de avaliar o preparo, adestramento e eficiência em uma operação de paz, no qual o Batalhão de Infantaria recebe uma área de responsabilidade e dentro dela deve desenvolver e participar de diversas atividades. Este estágio tem duração de até duas semanas e é ministrado pelo CCOPAB.

O EAOP é o coroamento do período de adestramento do contingente e avalia os aspectos positivos e as oportunidades de melhoria, garantindo uma melhor preparação da tropa para compor a missão internacional.

2.6 Combate em Área edificada no Curso de Infantaria da AMAN

Analisando o Pladis do 2º ano do Curso de Infantaria do ano de 2018, percebe-se que há pouca carga horária no que tange as operações em área edificada. O primeiro contato que o Cadete do 2º ano de Infantaria tem com esse ambiente operacional é na UD IV – Técnicas, Táticas e Procedimentos dos Pelotões de Fuzileiros nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Nesta UD IV, o Cadete trava contato com a Introdução às Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) onde são abordadas as características e peculiaridades das OCCA no ambiente interagências e também os Fundamentos das regras de engajamento.

Na observação do Pladis do 3º ano do Curso de Infantaria do ano de 2018, verifica-se o aumento na carga horária nas instruções de combate em área edificada. Os assuntos abordados na UD III – Operações de Cooperação e Coordenação com Agências são: Operações de Controle de Distúrbios (OCD); Patrulhamento Ostensivo; Operações de Busca e Apreensão (OBA).

Ao fim dessa UD III, o Cadete compreende e sabe executar as técnicas e procedimentos necessários à realização de uma OCD. Também está apto a realizar as técnicas de abordagem, revista e algemamento, escolta de detidos, comboios e autoridades. Conhecendo também os tipos de patrulhamento, fica em condições de executar os procedimentos necessários à realização de uma OBA.

Na UD II – Operações em Ambiente Urbano, são ministrados os assuntos: Fundamentos das Operações Urbanas; O Pel Fuz no ataque a localidade; o Pel Fuz na Defesa em Ponto Forte; Aspectos especiais de planejamento. Após alcançados os objetivos, o militar está pronto para descrever as principais peculiaridades das Operações em área edificada, sabendo identificar as características das áreas humanizadas e dos conflitos modernos. Instruções a respeito de técnicas de observação, entrada e posições de tiro são ministradas para que o Cadete esteja em condições de comandar frações de infantaria neste tipo de operação. No que tange as operações utilizando a Defesa em Ponto Forte, o militar tem conhecimento sobre o conceito, missão, características e as especificidades do planejamento da utilização do Ponto Forte.

Para empregar todas as instruções ministradas, é desenvolvido um Exercício no Terreno de Pel Fuz Mecanizado em Operações em Área Edificada capacitando o futuro oficial a comandar as frações de Infantaria em ambiente urbano de acordo com as normas prescritas.

Na análise do Pladis do 4º ano do Curso de Infantaria do ano de 2018, verifica-se que na UD I: Operações militares em situação de não guerra é abordado o assunto Operações sob égide de organismos internacionais. Nesta unidade é apresentado ao cadete a organização da ONU, os princípios fundamentais das Operações de Paz, os tipos de Operações de Paz e conduta e disciplina em operações sob égide de organismos internacionais.

Ao final do 4º ano, o cadete possui um conhecimento geral a respeito das Operações de Paz, estando em condição de conduzir tropas no cumprimento de missões desta natureza. Sua formação é complementada no momento em que, selecionado para uma missão de paz, recebe instrução específica do ambiente operacional em que irá operar.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Neste capítulo será informado quais os métodos de pesquisa foram utilizados para a realização deste trabalho, os tipos de pesquisa desenvolvidos e as etapas para a elaboração da monografia. Também serão apresentados os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

Foi utilizado o método de pesquisa de abordagem indutiva, que de acordo com Lakatos e Marconi (1992) é um processo pelo qual, o pesquisador por meio de um levantamento particular, chega a determinadas conclusões gerais.

A presente pesquisa se enquadra como qualitativa e a análise do treinamento para combate em área edificada foi feita por meio da pesquisa histórica e comparativa para verificar se ocorreu evolução no preparo da tropa e como é praticado o combate em área edificada no Curso de Infantaria da AMAN.

A pesquisa foi desenvolvida da seguinte forma: levantamento da bibliografia e documentos, seleção de documentos, leitura dos documentos selecionados, execução da pesquisa e fichamentos, análise dos dados e redação final.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento de documentos nas bibliotecas do Comando de Operações Terrestres (COTER), da biblioteca acadêmica da AMAN, da Biblioteca do Exército (BIBLIEX), além de revistas, manuais do Exército Brasileiro e conteúdos na Internet. Da mesma forma foram utilizados o Pladis do 2º, 3º e 4º ano do Curso de Infantaria da AMAN de 2018

Foi adotado como instrumento de coleta de dados o questionário aplicado aos oficiais de Infantaria formados na AMAN que participaram da MINUSTAH, dos questionários enviados foram recebidas oito respostas. A finalidade do questionário era levantar quais turmas de Infantaria receberam instrução de combate em área edificada enquanto estavam na Academia Militar, quais foram essas instruções e se as instruções recebidas após ser selecionado para compor o BRABAT foram suficientes para o cumprimento da missão. O modelo do questionário segue em apêndice.

Segundo (Marconi e Lakatos, 1992) “questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Com os resultados dos questionários realizou-se a análise das informações obtidas e consolidação das questões de estudo.

Foram apresentadas as considerações finais e sugestões com vista ao incremento do preparo da tropa para operações de paz.

4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

Da análise dos documentos pode-se verificar que o treinamento para o combate em área edificada na fase de preparação da tropa para a MINUSTAH era realizado tomando por base experiências de missões anteriores, porém no desdobramento da tropa no Haiti viu-se a necessidade de adaptação do treinamento para enfrentar os desafios iniciais. Módulos de tiro, combate em área edificada, liderança e um sólido treinamento prático nas regras de engajamento foi desenvolvido para que os militares pudessem fazer uso do armamento,.

Como já mencionado anteriormente, antes da MINUSTAH, o Brasil não possuía grande experiência de uso da força em missões de paz. A presença de grupos armados e a necessidade de confrontá-los para o cumprimento do mandato exigiu da tropa brasileira uma rápida mudança de postura.

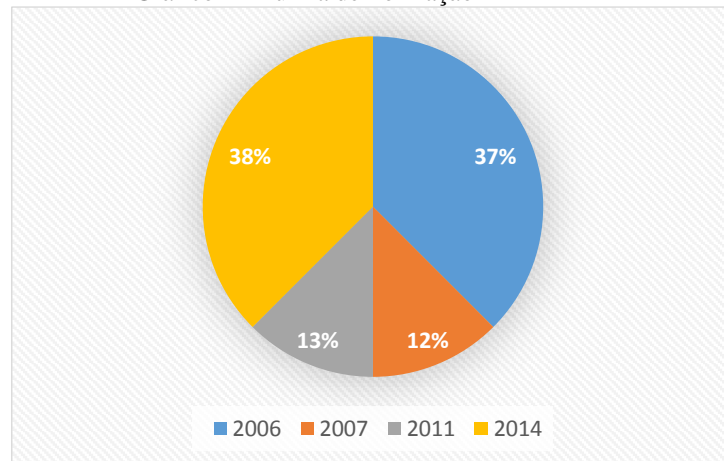
Os desafios encontrados estão relacionados a maneira que a tropa reagia aos combates. Inicialmente o treinamento recebido no Brasil não enfatizava o aspecto do uso da força, até mesmo a letal, para a solução dos conflitos. Os contingentes iniciais também reportavam operações urbanas complexas, patrulhamento robusto, ações de busca, cerco e vasculhamento.

Na análise do Curso de Infantaria da AMAN, verifica-se que o primeiro contato com o assunto Combate em Área Edificada se dá com a turma do 2º ano da Academia Militar. Durante o 3º ano o Cadete tem uma apresentação enfatizada nas técnicas, táticas e procedimentos numa operação de combate em área edificada. Também tem a oportunidade de realizar exercícios voltados para essa área. No 4º ano de Infantaria o militar recebe o conhecimento sobre a organização da ONU, os princípios fundamentais e os tipos de Operações de Paz.

Na intenção de conhecer os impactos que a MINUSTAH causou no processo de formação do Oficial de Infantaria da AMAN foram alcançados os dados que se seguem.

Com o objetivo de conhecer qual o público alvo, foi questionado qual a turma de formação do militar, obtendo as porcentagens de 37% Turma de 2006; 12% Turma de 2007; 13% Turma de 2011 e 38% da turma de 2014.

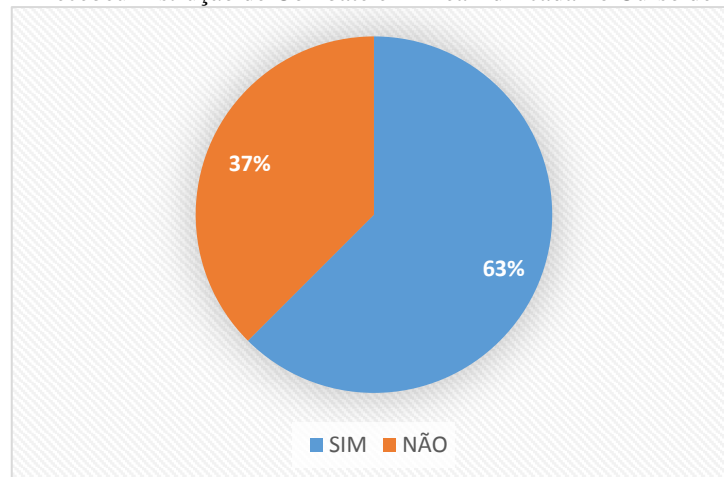
Gráfico 1 - Turma de Formação



Fonte: o Autor (2019)

Ao questionar se os participantes receberam instrução no Curso de Infantaria, 63% responderam que “SIM” e 37% afirmaram que “NÃO”. Tendo por base que a turma mais antiga respondida no questionário é 2006, a Missão de Estabilização no Haiti ainda se encontrava no 5º para o 6º contingente e o CIOPaz estava com um ano de criação, infere-se que as experiências e lições aprendidas ainda não haviam sido disseminadas para todo o Exército.

Gráfico 2 - Recebeu Instrução de Combate em Área Edificada no Curso de Infantaria?

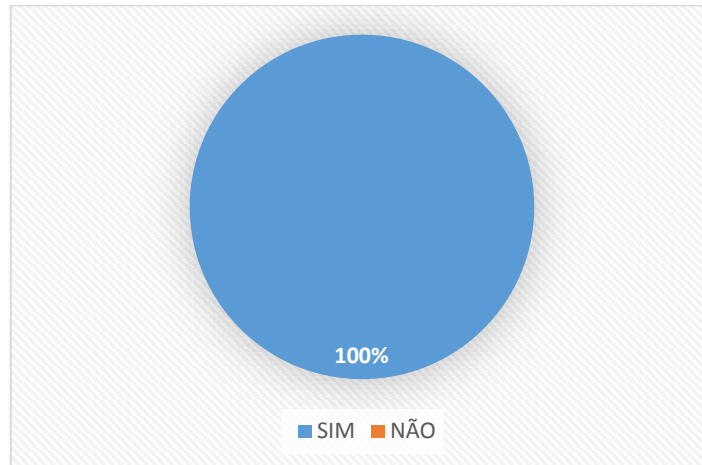


Fonte: o Autor (2019)

Após a criação do CIOPaz o preparo da tropa passou a ser organizado tomando por base os aspectos preconizados pela doutrina da ONU para as operações de paz. Logo mais, este Centro passou a ser denominado Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), possibilitando que as lições antes destinadas ao Exército fossem ministradas âmbito Ministério da Defesa.

Ao questionar se as instruções recebidas após selecionado para compor o BRABAT foram suficientes para o desempenho de suas funções para o cumprimento da missão, a única resposta encontrada foi “SIM”.

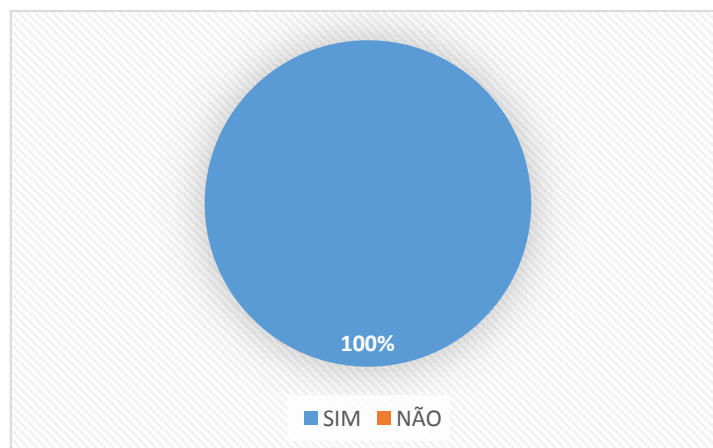
Gráfico 3 - Após selecionado para o BRABAT, as instruções recebidas foram suficientes para o cumprimento da missão?



Fonte: o Autor (2019)

Uma vez perguntado se caso tivesse recebido instrução sobre combate em área edificada na AMAN as instruções ministradas tanto pelo CIOPaz quanto pelo CCOPAB teriam sido melhor aproveitadas, a resposta encontrada foi “Sim, uma vez que já teria o conhecimento prévio”.

Gráfico 4 - As instruções recebidas teriam sido melhor aproveitadas caso já as tivesse recebido na AMAN?



Fonte: o Autor (2019)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2004 teve início a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, em todo histórico de participação brasileira em operações de paz, o Brasil ainda não havia se deparado com uma missão com mandato pautado no Capítulo VII da Carta da ONU. Tão logo a tropa desdobrada no terreno deparou-se com desafios que exigiam emprego da força para além da autodefesa. Era necessário uma adaptação do treinamento realizado pela tropa. Esta pesquisa se justifica pela necessidade do Exército Brasileiro dispor de ferramentas para melhorar o preparo da Força Terrestre e as lições aprendidas serem utilizadas para missões futuras.

O objetivo geral da pesquisa foi de verificar como o treinamento para o combate em área edificada na missão de Pacificação no Haiti refletiu no Curso de Infantaria da AMAN. Para isso analisamos como era realizado o treinamento na fase de preparação da tropa para compor o BRABAT, as dificuldades encontradas durante a missão e as ações para enfrentar esses desafios e como é realizado o treinamento para combate em área edificada no Curso de Infantaria.

Os resultados encontrados foram que mesmo chegando no Haiti com uma postura mais centrada no uso da força como autodefesa, não demorou para que os contingentes realizassem uma rápida e intensa adaptação frente aos desafios impostos pela força adversa. De grande importância foi o treinamento ministrado pelo CIOPaz e posteriormente pelo CCOPAB, devido a leitura e entendimento correto do ambiente operacional e ajuste do treinamento para os contingentes seguintes.

Quanto ao treinamento para o combate em área edificada no Curso de Infantaria, pode-se verificar que tão logo o Cadete escolhe a arma de Infantaria, já recebe instrução sobre operações urbanas, sendo aprofundado o conhecimento ao longo dos três anos de formação na especialidade.

A hipótese levantada de que a Missão de Estabilização do Haiti influenciou no treinamento do Curso de Infantaria pode ser parcialmente confirmada, isto porque nas turmas mais antigas o combate em área edificada não era tão acentuado como nos dias atuais. Após as experiências brasileiras no Haiti, onde o ambiente operacional que se apresentava era o urbano, maior ênfase foi dada para o emprego da tropa em área edificada. Módulos de tiro, regras de engajamento, combate urbano e liderança passaram a ser instruções essenciais para o êxito da missão.

O questionário foi um dos instrumentos utilizados para coleta de dados como forma de auxiliar na pesquisa. De grande valia foram as respostas dadas pelos voluntários, desta forma

pode-se identificar quais turmas receberam instruções de combate em área edificada na AMAN e se as instruções recebidas para compor o BRABAT foram suficientes para o cumprimento da missão.

Diante desses resultados, podemos afirmar que a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti influenciou o treinamento para combate em área edificada no Curso de Infantaria da AMAN. O CCOPAB até os dias atuais desenvolve treinamentos para os militares que irão participar de missões de paz e as disciplinas nos órgãos de formação passam a contar com os tipos de operações que eram realizadas no Haiti.

Pode-se citar Fontura (1999):

Para as Forças Armadas, a participação brasileira em operações de manutenção da paz, e especialmente em forças de paz, traz muitos benefícios. Propicia adestramento aos integrantes das corporações militares, facultando aos oficiais e soldados a oportunidade de participar de operações militares de envergadura; permite adquirir equipamentos com recursos extra-orçamentários e proporciona experiência na organização de operações complexas, aumentando assim a capacidade de defesa do País. Não há exercício de simulação, por melhor que seja, que possa comparar-se ao aperfeiçoamento obtido pelo emprego operacional de tropas em situações reais. Além de oferecer a possibilidade de acelerar o processo de modernização e profissionalização de seus efetivos, a participação nas operações de manutenção da paz promove a valorização dos militares perante a sociedade, projetando uma imagem positiva das Forças Armadas junto à opinião pública (FONTURA, 1999, p 283).

Recomenda-se que sejam feitas outras pesquisas acerca do assunto para que os ensinamentos colhidos sirvam de base para futura participação brasileira em outras operações de paz, já que a MINUSTAH foi fundamental para que o preparo pudesse ser aperfeiçoado, tornando-se referência mundial.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. **Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB**. Rio de Janeiro, 24 setembro 2014.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. **Resolução 1542**, Index:S/RES/1542, 30 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 20 abr 2019
- DIAS, Francisco Antônio. **Experiência do Brasil nas Operações de Paz – principais reflexos da MINUSTAH**. 2010. 71 f. Monografia - ECEME, Rio de Janeiro, 2010.
- FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da, **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**, Brasília, Ed. FUNAG, 1999
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- Ministério da Defesa. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz de preparação específica de tropa para missão de paz (BRABAT 26 e Braengcoy 26)**. Brasília, DF. 2016.
- Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **EB20-MC-10.227: Manual de Campanha Operações de Pacificação**. 1. ed. Brasília, DF. 2015.
- Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **MD34-M-02: Manual de Operações de Paz**. 2. ed. Brasília, DF. 2013.
- NUNES, José Ricardo Vendramin. **Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: a consolidação de um modelo**, Rio de Janeiro, 2014
- ONU. **A Carta das Nações Unidas**. 1945
- SEITENFUS, Ricardo. **De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz**. Santa Maria, RS, 2006.
- VALENCIA, Mauricio da Cruz. **A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC)**. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.
- VIEIRA NETO, Floriano Peixoto. **Epopeia militar brasileira no Haiti. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro, CCOPAB, 2017.

APÊNDICE A – Questionário

Questionário para oficiais de Infantaria que fizeram parte da MINUSTAH

Este questionário tem como objetivo obter informações para o Trabalho de Conclusão de Curso. Ressalto que toda e qualquer resposta fornecida aqui terá como objetivo único o desenvolvimento de um trabalho científico na referida instituição e a identidade dos respondentes será mantida em total anonimato.

1- Qual ano de formação na AMAN?

2- Recebeu instrução de combate em área edificada no período em que estava no Curso de Infantaria? Caso positivo, qual tipo de instrução?

3- Para qual BRABAT foi selecionado?

4- Antes de ser selecionado para o BRABAT recebeu instrução de combate em área edificada em alguma outra instituição? Caso positivo, qual instituição e qual tipo de instrução?

5- Após selecionado para integrar o BRABAT, as instruções recebidas sobre combate em área edificada foram suficientes para o cumprimento da missão? Comente, se possível.

6- Caso tenha respondido “Não” no item nº 2, as intruções recebidas sobre combate em área edificada ao integrar o BRABAT teriam sido melhor aproveitadas caso já as tivesse recebido no Curso de Infantaria da AMAN?

Fim do Questionário